

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • Nº 1 • Preço 4200 • 2012-1975 • Propriedade de Editorial Caminho, E.C.

O PS e a Revolução

É ainda muito cedo para se poder avaliar o significado do que se passou no Congresso do Partido Socialista. Muito mais importante do que o conteúdo dos discursos da maioria dos dirigentes foi a firmeza demonstrada por dezenas de delegados na defesa de princípios democráticos e de uma política que consolide as conquistas da Revolução. Por força da orientação imprimida aos trabalhos nem sempre as votações traduziram com fidelidade as tendências emergentes no plenário. Mas isso era inevitável num Congresso onde os delegados não receberam qualquer documento (excepto o regulamento). O próprio relatório do secretário-geral foi debatido sem ter sido previamente distribuído aos participantes no Congresso. Uma desorganização (por vezes a roçar pela anarquia) incomum em iniciativas do género foi, aliás, nota característica e chocante do grande encontro do PS.

O relatório apresentado pelo secretário-geral não provocou surpresa. É, como se esperava, um documento recheado de contradições, no qual o dr. Mário Soares, ora falando como dirigente principal do PS ora como Primeiro-Ministro, defende a sua "estratégia global" de recuperação capitalista como se a mesma fosse o caminho certo e seguro para o socialismo. Não é de estranhar assim que largas passagens sejam uma história da luta da direcção do PS contra a marcha do processo revolucionário. Igualmente natural é o recurso a frases e apelos de esquerda como conclusão de análises e posições de cunho abertamente conservador. O documento fundamental do Congresso passou, assim, por força desses malabarismos, a ser uma enfadonha síntese do que em Portugal não se fez desde Abril de 74 e deveria, no entender do dr. Mário Soares ter sido feito e um historial do que se fez e, na sua opinião, não se deveria fazer.

Entre os muitos erros que o secretário-geral do PS cometeu, dois deles terão contribuído para evidenciar a distância que separa hoje a direcção do PS dos trabalhadores socialistas. Nos ataques ao Movimento Sindical e à Reforma Agrária, o dr. Mário Soares deixou claro que pretende arrastar o seu partido para uma política de ofensiva contra conquistas fundamentais da Revolução. Somou desta vez o elogio ao grupo da "Carta Aberta", as críticas à Intersindical, as ameaças veladas ao Congresso de Todos os Sindicatos e às Unidades Colectivas de Produção. É preocupante que o Primeiro-Ministro de um Governo Constitucional tenha dado a entender que a Reforma Agrária deverá prosseguir, sim, mas de acordo com o Programa do PS. Existe um conjunto de diplomas legais que define o quadro jurídico, económico, social e, portanto, político em que se desenvolve a Reforma Agrária. É de esperar que o dr. Mário Soares não pretenda que, para defesa da Revolução, seja dever de todos os cidadãos decorarem o Programa do PS, interpretado à sua maneira.

DUAS ADVERTÊNCIAS

Cabe ao PS resolver os seus próprios problemas. Mas o Congresso veio colocar o País diante de uma evidência: dentro do Partido Socialista desenvolve-se uma luta de classes. Não é, contrariamente ao que afirmam os seus dirigentes, um partido homogêneo. No Congresso, os trabalhadores predominavam entre os delegados. Mas havia também muita gente da classe dominante, filiada no PS mas voltada para soluções capitalistas, gente cujo modo de vida é inseparável da exploração capitalista.

A desestabilização do PS só pode beneficiar a direita. Mas o Congresso demonstrou com muita clareza que a unidade do partido não será alcançada à custa de uma política de factos consumados, de uma política de graves concessões à direita, definida por métodos que estão longe de ser democráticos.

Na última fase dos trabalhos e durante as votações, o dr. Mário Soares e os dirigentes que apoiam a sua política não conseguiram esconder que no partido existem poderosas forças desejosas de ver o PS adoptar uma autêntica política de esquerda, uma política de consolidação das conquistas da Revolução, que abra caminho para o socialismo.

A aprovação das moções que exigem do Governo o corte de relações com o Chile e o reforço da solidariedade com os presos políticos brasileiros constituiu um sintoma de que no seio do PS e entre os seus próprios dirigentes não falta quem tenha a consciência de que o socialismo não pode ser construído através de uma política de sorrisos à direita e de agressividade para com a esquerda.

O resultado da eleição dos membros da Comissão Nacional foi outra advertência. A afirmação final do dr. Mário Soares de que "tudo está bem" não diminuiu o significado dos 210 votos obtidos pela Lista B.

As forças progressistas não interessa um PS enfraquecido e dividido. Mas a crise do PS não será resolvida com frases demagógicas que negam a realidade. É salutar saber-se que dentro do partido, para o unir e não para o desestabilizar, cresce e afirma-se uma poderosa corrente democrática e progressista.

O Povo Unido e a consolidação da democracia

por BLASCO HUGO FERNANDES

A revolução democrática de 25 de Abril de 1974 criou as condições necessárias para que o povo português e as massas trabalhadoras organizadas conquistassem metas fundamentais. Entre estas podemos citar o lançamento das bases para a progressiva e efectiva liquidação da exploração e opressão do homem pelo homem, a estruturação da economia portuguesa numa perspectiva democrática, no interesse real das classes e camadas laboriosas e mais desfavorecidas e apontada para o desenvolvimento de relações de produção socialistas, a organização e participação dos trabalhadores na solução de todos os problemas que lhes digam respeito, a transformação, enfim, das estruturas sociais e económicas da nossa agricultura e a consequente libertação das suas forças produtivas. As nacionalizações dos sectores básicos da economia portuguesa, o controlo e gestão das empresas pelos trabalhadores, a Reforma Agrária e as liberdades democráticas encontram-se entre as mencionadas conquistas do nosso povo, de que depende, aliás, o seu futuro progresso económico e social e, inclusivamente, o próprio futuro democrático português, na perspectiva da sua transição para o socialismo, como está consignado na Constituição.

Em redor daquelas conquistas fundamentais da revolução democrática portuguesa trava-se actualmente acesa luta entre a classe do grande capital (e dos que a defendem), que procura anulá-las e desse modo recuperar o poder económico e sociopolítico, e as classes trabalhadoras, e que perante a ameaça dessa recuperação que paira sobre elas, reforçam cada vez mais a sua organização e a sua unidade no sentido de assegurarem a consolidação e a irreversibilidade daquelas conquistas, e a sua colocação ao serviço dos trabalhadores, por um lado, e dos pequenos e médios produtores e comerciantes, por outro.

Para melhor conseguirem os seus intentos de recuperação capitalista, os defensores desta tentam dividir as classes

trabalhadoras de diversas formas. Todavia, conscientes dos perigos que essa divisão poderia trazer à nossa democracia, elas têm sabido cerrar fileiras e reforçar a sua unidade em torno dos seus problemas comuns, — económicos, sociais e culturais — cuja resolução passa necessariamente pela defesa, consolidação e avanço das transformações democráticas já conquistadas e efectuadas nas estruturas económicas e sociais gerais. Esta unidade de acção dos trabalhadores tem sustido a ofensiva dos seus inimigos de classe e garantido as conquistas democráticas e populares já referidas.

Contudo, para a consolidação definitiva destas últimas e seu necessário prosseguimento para novas etapas, são indispensáveis novas conquistas a nível de organizações de base que, reflectindo e dando resposta às necessidades e iniciativas populares de uma forma orgânica e estruturada, complementam a própria institucionalização do Estado democrático.

PROBLEMAS A NÍVEL LOCAL

Além das modificações atrás citadas, a nossa Constituição consagra ainda outras, como sejam, por exemplo, o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a justa repartição regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida do povo português, a todos os níveis do nosso território, através da elaboração de um plano democrático.

Ora, uma planificação verdadeiramente democrática tem de ter em conta e responder aos problemas e necessidades económicas, sociais, culturais e humanas, tanto nacionais como regionais e locais. Tal objectivo só se consegue desde que essa planificação seja obra de todo o povo e tenha a participação das organizações populares não só na sua elaboração como na sua execução. Só assim se reflectirão, de facto, as necessidades das populações e se estabelecerão as devidas

prioridades na satisfação das mesmas, o que permitirá acabar com a miséria e o atraso em muitas regiões do nosso País, com as desigualdades entre o campo e a cidade e entre as diversas categorias socioprofissionais na distribuição da riqueza nacional, com a marginalização das populações da vida cultural e do progresso social.

Números problemas afectam ainda as nossas populações, nomeadamente em variadíssimas freguesias e concelhos do País. A assistência na saúde está longe de ter sido resolvida satisfatoriamente, havendo zonas onde ela é praticamente inexistente. Outras carências, igualmente importantes, atingem o povo português tornando duras as suas condições de vida e impossível a satisfação das suas necessidades humanas e culturais. Numa larga percentagem das autarquias locais as respectivas populações não dispõem de jardins de infância e de creches para os seus filhos, de instituições adequadas para as pessoas da terceira idade, de escolas, instituições desportivas e de cultura popular, de casas próprias ou de renda económica compatível com o nível dos rendimentos familiares, de estradas ou de outras vias de comunicação, de um adequado serviço de transportes colectivos, urbanos, suburbanos e regionais, das necessárias obras de saneamento básico, de uma rede de abastecimento popular que vá ao encontro dos interesses das populações, tendo em conta os problemas dos pequenos e médios produtores e comerciantes.

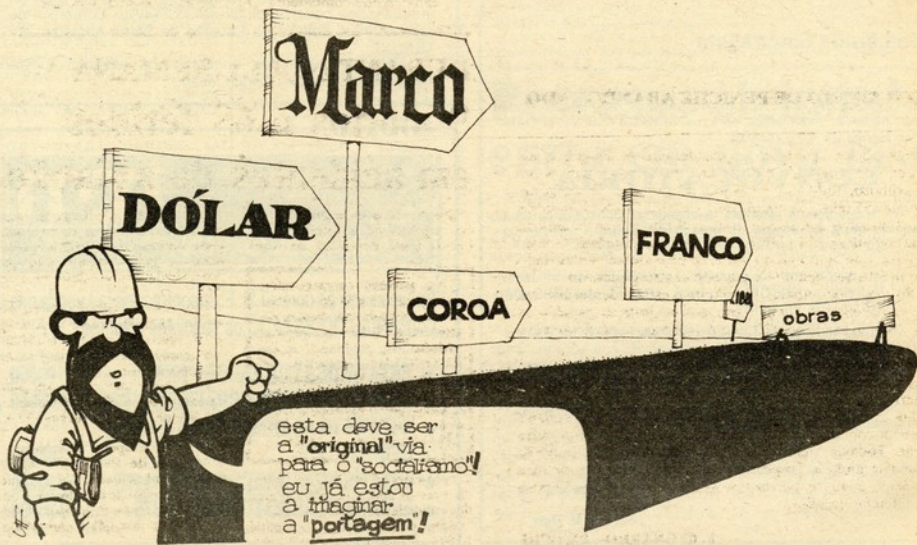
A solução das carências acabadas de mencionar e de todas as outras que afligem as populações exige uma efectiva e coordenada intervenção destas na análise e discussão dos respectivos problemas e nas decisões a tomar de acordo com as suas necessidades e os seus interesses globais, em cada um dos níveis da administração local. Operários, camponeses, intelectuais, pequenos e médios produtores e comerciantes, homens, mulheres e jovens, inspirados pela real perspectiva de transformar as condições

e a qualidade de vida na base territorial onde habitam, unidos em busca de soluções comuns para problemas comuns, podem e devem participar na reivindicação e na satisfação das suas necessidades prioritárias, no quadro da harmonização entre o planeamento nacional e local. Da mesma forma como a acção unitária de trabalhadores e das massas populares garantiu até hoje a defesa das grandes conquistas democráticas da nossa revolução, assim também a unidade activa das populações locais permitirá encontrar as melhores soluções democráticas para os problemas que a esse nível as afectam.

AUTARQUIAS LOCAIS E ELEIÇÕES

A intervenção das populações locais atrás indicada não se pode limitar ao levantamento dos seus problemas e ao apontar das soluções que na sua opinião melhor se ajustem aos seus interesses colectivos. Ela vai mais longe e implica igualmente a eleição para as autarquias locais — freguesias e municípios — de pessoas que tenham demonstrado dedicação na defesa dos interesses populares, a favor da democracia e do progresso social e que, ao mesmo tempo, por estas mesmas razões, assegurem a futura participação e controlo popular nos órgãos do poder local, a colocação destes ao serviço das massas populares nas áreas da respectiva competência.

A unidade das forças verdadeiramente democráticas e antifascistas, a unidade de operários, camponeses, pequenos e médios produtores e comerciantes e de intelectuais, de ambos os sexos e de todas as idades — o povo unido em redor dos seus problemas comuns na conquista de soluções de interesse colectivo — é a melhor garantia da necessária eleição dessas pessoas dedicadas à causa popular e democrática, à defesa das grandes conquistas já levadas a cabo e consequentemente à consolidação do Estado democrático em Portugal.



ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS

Só a Frente «Povo Unido»
estará em todos os concelhos

A Frente Eleitoral Povo Unido é a única organização que nas próximas eleições para as autarquias locais apresentará, em todos os concelhos, listas tanto para Câmaras como para Assembleias Municipais. O PS, conforme declarou publicamente um dos seus dirigentes, não estará presente nos concelhos de Fornos de Algodres e Carregal do Sal, enquanto o CDS, nalguns concelhos, apresenta listas ou só para as Câmaras ou só para as Assembleias Municipais. «As nossas listas para as Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, cobrem no total 95 por cento do eleitorado», disse a «o diário» um porta-voz deste último partido.

A nível de freguesia, a Frente Eleitoral Povo Unido entregou, no Continente, 1356 listas. Destas, 180 são propostas por grupos de cidadãos eleitores, embora contem com o apoio jurídico da Frente. Nos Açores e Madeira ainda não são conhecidos os números finais.

SORTEIO NO PORTO

No Porto, oito organizações, entre as quais a Frente Eleitoral Povo Unido, concorrem às eleições para a Câmara Municipal, enquanto seis estarão presentes nas eleições para a Assembleia Municipal. No sorteio ontem efectuado para apurar a ordem pela qual as diversas organizações figurarão nos boletins de voto, o PS aparece em primeiro lugar para a Assembleia Municipal, seguido dos GDUPS, PRT, CDS, PSD e Frente Eleitoral Povo Unido. Para a Câmara o sorteio forneceu a seguinte ordem: CDS, PSD, Povo Unido, PS, PC de P (ml), MRPP e GDUPS.

Para as Assembleias de Freguesia, a Frente Eleitoral Povo Unido apresenta listas em dez freguesias do Porto (Campanhã, Cedofeita, Foz, Lordelo, Miragaia, Paranhos, Santo Ildefonso, S. Nicolau, Vitória e Nevogilde). CDS, PSD e PS concorrem em todas as freguesias, enquanto os GDUPS, estarão presentes em oito.

Entretanto, em Valongo, a Frente Eleitoral Povo Unido vai exigir que o juiz da comarca rectifique a lista apresentada pela Frente e que o magistrado mandou afixar com a indicação de ser do PCP. Por outro lado, em Viana do Castelo, as listas «Povo Unido» para a Câmara e Assembleia Municipais são ancabeadas, respectivamente, pelo dr. Artur Vinhas de Novais e eng. Vale do Rego. Na primeira lista figuram, entre outros democratas, Amadeu Costa, António Santos, Fátima Carvalho e Sousa Fernandes, enquanto a lista para a Assembleia Municipal engloba nomes como os de Romeu de Sousa, Veiga de Oliveira, Carlos Vaz, José Castro, Aurélio Barbosa e Mário Marôa.

Para as Assembleias das Freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate, figuram em primeiro lugar, nas respectivas listas, Hélder Carvalho e Daniel Caieiro.

COMÍCIO NA
BAIXA DA BANHEIRA

«Chegámos a esta altura e é já com enorme regozijo que podemos assinalar o estabelecimento de laços inquebrantáveis, através da Frente Eleitoral Povo Unido e das Comissões Eleitorais Unitárias, entre milhares de cidadãos que querem ver progredir as suas formas de

vida comunitária nas cidades, vilas, e aldeias de Portugal», afirmou Emília Santinho, candidata à Câmara Municipal da Moita pela Frente Eleitoral Povo Unido, durante um comício realizado na Baixa da Banheira, no passado sábado, para apresentação dos candidatos. Emília Santinho, na ocasião, um texto da responsabilidade da CEU da Moita. Novo comício está marcado para o próximo sábado, na Moita. Ainda na freguesia da Baixa da Banheira, há a salientar uma moção de «incondicional apoio» à Frente Povo Unido aprovada pelo Secretariado da Comissão de Moradores daquela localidade da Margem Sul.

Os candidatos da Frente Povo Unido do distrito de Setúbal, reunidos em plenário, no passado dia 1, também aprovaram uma moção na qual «reafirmam a sua determinação na defesa intransigente das conquistas da revolução, nomeadamente a institucionalização do Poder Local (câmaras, assembleias municipais e assembleias de freguesia) e do Movimento Popular de Massas (comissões de moradores e de trabalhadores)».

Entretanto, enquanto as Associações de Moradores do Casal dos Marcos e da Azinhaga do Jogo da Bola (Quinta da Vitória) e a Comissão de Moradores de Moscavide, declaram publicamente, através de comunicado, a sua adesão à Frente Eleitoral Povo Unido, a CEU da freguesia de S. Paulo (Lisboa) que solicitou apoio jurídico à Frente, apela aos moradores da freguesia para colaborarem na elaboração do programa da lista. Um dos objectivos imediatos da CEU

de S. Paulo é o de «denunciar sempre, na qualidade de cidadãos eleitores e graças a uma constante vigilância, toda a espécie de métodos ou de medidas que conduzam à degradação do estado social e moral da freguesia, assim como todas as tentativas de regresso ao passado».

Em Portimão, às 21 e 30 de hoje, no Salão Clube Boa Esperança, a Frente Eleitoral Povo Unido apresenta os seus candidatos à Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia.

NO BARREIRO, GRAÇAS AO MEIC.

300 alunos à chuva
por falta de 45 professores

Na Escola Preparatória de D. Luís de Mendonça Furtado, do Barreiro, as aulas não começaram «na data superiormente definida (18 de Outubro) porque estavam colocados apenas 45 dos 90 professores necessários» — esclarece um comunicado dos trabalhadores daquele estabelecimento de ensino, a propósito de notícias vindas a público sobre a suspensão, ordenada pelo MEIC, do respectivo Conselho Directivo.

Naquelas condições — acrescenta o documento — a Escola «não oferece garantias de um funcionamento eficaz e pedagógico», já que ficarão «cerca de trezentos alunos por hora sem aulas e sem controlo possível, em dois pequenos pátios descobertos».

Salientando que as aulas poderiam ter principiado nos primeiros dias de Outubro «se os professores que leccionaram no ano transacto não tivessem sido impedidos de o fazer por decreto-lei emanado do

INICIATIVA DA RML E PSP
Homenageados militares
e policiaes falecidos

Por iniciativa da Região Militar de Lisboa, foi prestada na manhã de ontem homenagem aos militares falecidos, com cerimónias em alguns dos cemitérios da cidade e nas sedes dos concelhos.

A cerimónia principal realizou-se na igreja da Memória, onde o capelão-adjunto da chefia da Capelanía de Lisboa, major padre António Amador, celebrou missa por alma dos militares falecidos a que assistiram numerosos civis além de oficiais, sargentos e praças. O general Vasco Lourenço, governador Militar de Lisboa, fez-se representar pelo

brigadeiro Stone. Igualmente presentes o general Almeida Viana, presidente da Liga dos Antigos Combatentes e o capitão-de-mar-e-guerra Coutinho em representação da Armada, além do presidente da CA da Câmara Municipal de Lisboa e representações de todas as unidades da capital.

Depois da missa, delegações de todas as unidades foram depor flores nos talhões da Liga dos Antigos Combatentes, em alguns cemitérios da cidade.

Também a PSP homenageou os seus mortos, com uma cerimónia realizada no cemitério dos Prazeres.

em plenário sindical, aprovaram uma moção pela qual denunciaram «todas as manobras tendentes a lançar sobre os professores a responsabilidade pela deficiência das actividades escolares, cuja responsabilidade cabe unicamente ao MEIC».

Na mesma moção, repudiam aquelas medidas repressivas e denunciam «a política reaccionária do ministro Cardia, que se tem traduzido pelo sistemático ataque às conquistas que se haviam alcançado no ensino depois do 25 de Abril».

Nos termos de outra deliberação, os professores do Liceu Camões «protestam contra o despacho que instaura um processo disciplinar aos delegados sindicais do Liceu da Amadora, Alberto Canelas e Ana Maria Pais, por se terem vinculado às decisões dos Plenários sindicais, retirando-lhes o direito ao salário integral».

MEIC», o comunicado recorda, ainda, que o ministro Sottomayor Cardia considera «superfluas» três salas cedidas à Escola, como solução de emergência para as deficientes condições em que aquela funciona.

O comunicado sublinha, também, que o Conselho Directivo suspenso, «para não contrariar as disposições legais do MEIC», viu-se obrigado a «opor-se ao plenário de professores que propunha a entrega de horários a todos os professores que leccionaram no ano anterior».

SOLIDARIEDADE NO
LICEU CAMÕES

Entretanto, ao tomarem conhecimento das suspensões de que foram alvo os seus colegas do Conselho Directivo da Escola Mendonça Furtado e, bem assim, da Comissão Sindical do Liceu da Amadora, os professores do Liceu Camões, de Lisboa, reunidos

DELEGAÇÃO JUVENIL DA URSS

Visita a Portugal
fortaleceu laços de amizade

«A nossa visita a Portugal e os contactos que no decorrer dela estabelecemos vieram demonstrar que existe coincidência de pontos de vista entre a juventude soviética e as organizações da juventude progressista portuguesa e que as relações de amizade entre as juventudes dos dois países se fortalecem dia a dia» — afirmou ontem durante uma conferência de Imprensa, o membro do Comité Central do Komsomol Leninista que chefiou a delegação da juventude soviética, convidada pela UEC e UJC a visitar Portugal.

«A nossa tarefa principal — acrescentou o dirigente juvenil foi discutir com as nossas organizações irmãs e com a juventude portuguesa em geral, problemas concretos e formas efectivas de cooperação». Uma das questões debatidas relacionava-se com a realização do XI Festival Mundial de Juventude, em Havana.

Para além dos contactos com a UJC e UEC, a delegação da juventude soviética avistou-se com membros do Comité Central do PCP, com uma delegação da Juventude Socialista da Letónia e do grupo «Juventude», manifestaram o seu interesse pela luta que trava a juventude progressista de Portugal e salientaram o entusiasmo do público com quem contactaram, relativamente à música e à dança da União Soviética.

«Cada espectáculo — disse um dos responsáveis artísticos — transformou-se num comício de solidariedade e de amizade entre as juventudes dos nossos dois países. Muitos jovens chegavam ao palco e pediam-nos traduções de textos das canções que cantávamos. Consideramos importante este interesse pela

agrupamentos de música popular e dança que realizaram treze espectáculos. Os membros da delegação assinalaram a «calorosa recepção» de que foram objecto por parte da juventude portuguesa e das plateias para as quais se exibiram.

«No decorrer dos nossos contactos — prosseguiu o dirigente do Komsomol — observámos o modo como funcionam as organizações de juventude em Portugal e quais os objectivos principais da sua actividade».

Por seu turno, os responsáveis artísticos pelos dois grupos que integram a delegação, o conjunto «Minute» da República Socialista Soviética da Letónia e do grupo «Juventude», manifestaram o seu interesse pela luta que trava a juventude progressista de Portugal e salientaram o entusiasmo do público com quem contactaram, relativamente à música e à dança da União Soviética.

«Cada espectáculo — disse um dos responsáveis artísticos — transformou-se num comício de solidariedade e de amizade entre as juventudes dos nossos dois países. Muitos jovens chegavam ao palco e pediam-nos traduções de textos das canções que cantávamos. Consideramos importante este interesse pela

nossa música e a força com que se expressa a amizade dos vossos jovens».

Os membros da delegação da juventude soviética referiram-se em particular à intervenção que realizaram em Montemor na segunda-feira no decorrer do comício ali efectuado.

«Na União Soviética — afirmou, entretanto, o membro do Comité Central do Komsomol — são seguidas com grande atenção as transformações democráticas que se verificam em Portugal. O Povo português não só colocou perante si grandes tarefas, como está a ser capaz de resolvê-las convenientemente». O dirigente juvenil referiu-se ao controlo operário à Reforma Agrária e à actividade do movimento Alfa, contra o analfabetismo.

A delegação soviética deslocou-se ao nosso país ao mesmo tempo que uma delegação de jovens portugueses visitava a União Soviética.

Durante a conferência de Imprensa usou ainda da palavra um membro da Comissão Executiva da UEC que, falando em nome da sua organização e da UJC considerou a visita da delegação soviética como «um novo e importante passo para o desenvolvimento das relações de amizade entre as juventudes dos dois países».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Agricultura
contra projecto do CDS

O plenário da Assembleia da República só voltará a reunir na próxima terça-feira, segundo foi deliberado ontem à tarde, em reunião do Presidente daquele órgão da soberania com representantes dos grupos parlamentares e das comissões especializadas permanentes da Assembleia.

Ainda que a ordem do dia da reunião só deva ser fixada em conferência dos presidentes dos grupos parlamentares marcada para a próxima sexta-feira, tudo indica que nela venha a incluir-se a apresentação e debate pelo plenário do relatório da Comissão de Agricultura e Pescas — já entregue na mesa — no qual se propõe a rejeição do projecto de lei do CDS que pretendia a suspensão das expropriações na zona da Reforma Agrária.

Com efeito, entre os 27 projectos e propostas pendentes para apreciação da Assembleia da República, aquéle é o único que está em condições de ocupar os trabalhos do plenário. Além disso, existe um pedido de ratificação do decreto-lei (governamental) sobre amnistia, formulado também pelo grupo parlamentar dos «centristas», sobre cuja apresentação não decorreram ainda, porém, as duas sessões plenárias a que se alude no Regulamento para que o respectivo debate possa ter início.

Entretanto, naquele número de projectos de diplomas cujo debate

se seguirá, conta-se nomeadamente, o que fixa os poderes das comissões parlamentares de inquérito, o que define a organização administrativa e financeira da Assembleia da República, a proposta de lei governamental que estrutura o sistema de planeamento, bem como vários projectos de lei apresentados pelo grupo de deputados do PCP, visando regular algumas das conquistas revolucionárias dos trabalhadores

portugueses consagrados na Constituição — direito à greve, controlo operário, entre outros.

A reunião de terça-feira, seguir-se-á, na próxima semana, apenas uma reunião plenária na quarta-feira imediata, já que no dia seguinte os trabalhos do plenário terão de ser suspensos em consequência de estar, então, reunido o Congresso do Partido Comunista Português — de acordo com uma recente deliberação da Assembleia da República.

Processo eleitoral
entra em nova fase

Termina hoje uma outra fase do processo eleitoral para os órgãos de poder local: a apreciação dos processos de candidatura efectuada pelos juizes de comarca os quais deverão verificar a autenticidade dos processos apresentados e a elegibilidade dos candidatos. No caso de ser necessário suprir alguma irregularidade deverão os juizes notificar imediatamente os mandatários das listas em causa, podendo estes reclamar das decisões do juiz e mais tarde, depois de este decidir, de novo poderão recorrer para o Tribunal da Relação

respectiva, que decidirá em última instância.

Estes dados fazem parte de um comunicado emitido pelo Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais através do Ministério da Administração Interna. O mesmo documento infirma que se efectuaram ontem em cada comarca, os sorteios para ordenação das listas concorrentes nos boletins de voto, considerado o primeiro passo para a impressão destes.

O STAPE revela também que já foi distribuído em todos os distritos o papel necessário à impressão dos boletins de voto.